



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**1ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0007633.2012.8.17.0000**

**Nº (0209263-7/02)**

**EMBARGANTE: RODOLFO CESAR MOSTAERT LÓCIO**

**EMBARGADO: BANDEIRANTES S/A -ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO E OUTRO**

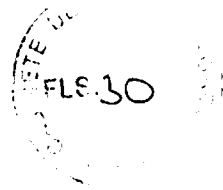
**RELATOR : Des. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA ACORDÃO PROFERIDO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO- AUSÊNCIA DE JUNTADA DE DOCUMENTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA POSTA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO- PRECLUSÃO CONSUMATIVA- DEFICIÊNCIA FORMAL- RECURSO NÃO CONHECIDO- PRETENSÃO QUE SE AFASTA DO FIGURINO LEGAL ESTAMPADO NO ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO A SEREM SANADAS - PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - DESNECESSIDADE - EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

**ACÓRDÃO** – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 15 de MAIO de 2012, à unanimidade de votos, por conhecer e rejeitar os embargos de declaração, na forma do voto do relator.

Recife, 15 de MAIO de 2012 (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

**1ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0007633.2012.8.17.0000**

**Nº (0209263-7/02)**

**EMBARGANTE: RODOLFO CESAR MOSTAERT LÓCIO**

**EMBARGADO: BANDEIRANTES S/A –ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO E OUTRO**

**RELATOR : Des. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata a hipótese de Embargos de Declaração interpostos por **RODOLFO CESAR MOSTAERT LÓCIO**, inconformado com o acórdão exarado no apenso Agravo de Instrumento (processo nº 0209263-7).

Eis o teor da ementa do acórdão vergastado:

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – RECURSO DE AGRAVO – AUSÊNCIA DE JUNTADA DE DOCUMENTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA POSTA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. DEFICIÊNCIA FORMAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

O agravo de Instrumento, pela sua sistemática célere, e por força da preclusão consumativa que se opera no ato de sua interposição, impede dilação probatória para suprimento de documentos necessários faltantes ou de peças que a ele deveriam ter sido anexados.

Além das chamadas "peças obrigatórias" (CPC, art. 525, I), também é ônus da parte agravante escotar o agravo com todas as chamadas "peças essenciais ou necessárias" à perfeita compreensão do tema "sub judice" pela instância revisora.

Na hipótese dos autos, deixou o Agravante de trazer ao autos documentos indispensáveis para uma perfeita compreensão da controvérsia contida no presente recurso, sem os quais esta 1. Câmara fica impossibilitada de julgar ponto nuclear da irresignação em sua intelreza.

**Recurso não conhecido à unanimidade de votos.**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**ACÓRDÃO** – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 10 de abril de 2012, à unanimidade de votos, deixou de conhecer o recurso de agravo, na forma do voto do relator.

Como razões que alicerçam o seu inconformismo, o Embargante advoga a tese da omissão do colegiado, quanto à análise da preclusão pro-judicato, sob o argumento da existência de decisão anterior sobre a mesma matéria vergastada.

Maneja os aclaratórios para efeito de prequestionamento no que tange às questões que serão objeto de futura interposição de recursos de índole constitucional. Nesse sentido, assinala que houve omissão quanto às questões federais e constitucionais aduzidas, não tendo sido dissecada a legislação pertinente pelo Colegiado, a saber: artigo 5º, inc. II, XXXV, LV, XXXVI da CF/88 e artigos 471, 473, 525, I e II, todos do CPC.

Requer a manifestação expressa à luz dos artigos mencionados, frente aos documentos colacionados, considerando que para o deferimento da preliminar de não conhecimento do recurso, por falta de peças essenciais, necessário se faz a análise do mérito.

Advoga a tese de que a jurisprudência poderia estabelecer a possibilidade de o julgador determinar a juntada de peça que ele considere essencial mais jamais poderia se impor uma negativa ao provimento do recurso pela falta de uma peça não listada como obrigatória pelo CPC.

**É o relatório.**

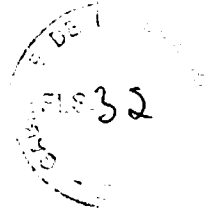
**Passo a votar:**

Como é cediço de todos, os embargos de declaração se constituem em remédio destinado a sanar os vícios da omissão, obscuridade ou contradição, segundo o expresse balizamento contido no art. 535 do CPC.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Não há necessidade, mesmo quando miram o prequestionamento, que os embargos sejam numerários ou esmiúcem norma por norma alegada pela parte como pertinente ao debate, até mesmo porque, não está o juiz ou tribunal obrigado a decidir a controvérsia segundo aquilo que a parte entende como correto, mas apenas lançar suas razões segundo sua convicção sobre a matéria de fato ou de direito que se assenta à pretensão. Isso decorre do disposto no art. 131 do CPC, expressão positivada do princípio do "livre convencimento motivado".

O próprio Superior Tribunal de Justiça admite o prequestionamento implícito, sem que haja necessidade de debate numerário e nesse sentido, reproduzo trechos de acórdãos que passo a transcrever:

**"A ausência de prequestionamento explícito (ou numerário) não prejudica o exame do recurso especial quando a Corte de origem houver emitido, ainda que implicitamente, juízo de valor acerca da matéria sub judice".** (REsp 946.015/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2008, DJe 23/06/2008)

**"Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, sendo certo que é desnecessário o prequestionamento explícito a fim de viabilizar o acesso a esta Corte Superior de Justiça, bastando que a matéria aduzida no recurso especial tenha sido objeto de manifestação pelo Tribunal a quo, sem que seja necessário o pronunciamento específico sobre os dispositivos legais correspondentes".** (AgRg no Ag 1266387/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010)

Ora, compulsando o voto, é fácil constatar que o Tribunal examinou devidamente o agravo de instrumento interposto.

De fato, não houve a juntada da documentação essencial ou necessária para propiciar com profundidade a controvérsia, o que deu ensejo ao acolhimento da preliminar de deficiência na formação do instrumento.

Como disse antes no relatório do recurso de agravo de instrumento, a decisão agravada entendeu por bem, pela via da retratação, determinar a nulidade do procedimento liquidatório por



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

FLS. 33

inadequação, instando o agravante para feitura do cálculo do *quantum* exequendo pelo Expert, a colação do contrato de cartão de crédito que foi firmado entre as partes em disputa.

E assim procedeu o MM. Juiz "a quo" com base em requerimento do agravado, ao utilizar a previsão arrolada no art. 526 do CPC, dada a interposição de outro agravo de instrumento, de nº 201567-8, da relatoria do Des. Tenório dos Santos.

Resulta claro que por ocasião da propositura do presente agravo de instrumento, o agravante deixou de juntar a cópia da aludida petição do agravado, quando fez uso do art. 526 do CPC, bem assim de cópia do próprio agravo de instrumento nº 201567-8, local donde foi tirada a petição de juízo de retratação.

Para que se chegue à conclusão de que houve ou não equívoco por parte do magistrado de 1º grau, seria de fundamental importância a anexação de tais peças pelo agravante. Sem o que, o caso é de negativa de seguimento do agravo de instrumento.

Nesse sentido, cuidando-se de divergência que se funda sobre retratação em liquidação de sentença, seria curial a juntada dessa documentação que gerou a decisão agravada.

Visto assim, repito, além das chamadas "peças obrigatórias" (CPC, art. 525, I), também é ônus da parte agravante escoltar o agravo com todas as chamadas "peças essenciais ou necessárias" à perfeita compreensão do tema "sub judice" pela instância revisora.

Tal entendimento também é confortado pela Súmula 288 do STF, a qual textualmente afirma que:

"Nega-se provimento a agravo para subida de recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição de recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia". (grifamos)

Em reforço a esse entendimento, comporta a transcrição da jurisprudência do STJ:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL. NÃO CONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA ART. ART. 525, DO CPC.

- A correta exegese do artigo 525 do Código de Processo Civil indica que, além das peças expressamente exigidas para a formação do instrumento, a ausência de peças essenciais à compreensão da controvérsia obsta o conhecimento do agravo.- Precedentes. - Recurso especial não conhecido<sup>1</sup>".

Outrossim, o fato de o agravado, nos autos do recurso doméstico apensado, ter anexado a cópia dos autos originários, não retira o ônus do agravante de escoltar o agravo de instrumento com as peças essenciais ou necessárias.

Ao arremate, mutatis mutandis, colho ensinamento do mesmo STJ: **"a circunstância de ter sido a peça juntada nas contrarrazões do agravo não sana o vício, dado que é de responsabilidade do agravante a correta formação do instrumento"** (3ª Turma, REsp 1076847-AGRG, Min. Nancy Andrighi, j. 7.5.09, DJ de 4.08.2009).

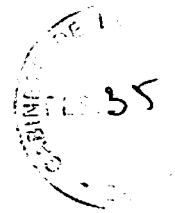
Explicitadas as considerações acima, as quais entendo suficientes à percepção da linha de entendimento deste julgador, acerca da questão processual destacada, sublinho, novamente, a impossibilidade de efeitos modificativos ao acórdão lastreado.

No que tange a análise dos artigos invocados pelo agravante é de ressaltar-se ainda, que este juízo não está obrigado a examinar todas as teses invocadas pela parte, nem tampouco ater-se aos fundamentos indicados por ela.

Neste sentido, trago à colação o seguinte julgado, in verbis:

**"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1.Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição ou omissão no julgado. 2.Hipótese em que, ao alegar a**

<sup>1</sup> Acórdão unânime da 6ª Turma do STJ, REsp 425.551/PR, rel. Min. Vicente Leal, j. 3/9/2002, DJ de 30/09/2002, p. 307.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**existência de tais vícios, a embargante pretende a rediscussão do mérito da demanda, o que é incabível. 3. Embargos não providos."** (EDAMS-76876-PB, 4ª T., Rel. Des. Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, Julg. à unan. em 19/03/02 e publ. em 25/04/02)

Dessa forma, a simples arguição de que não foram explicitados alguns dispositivos não é suficiente para que o Tribunal se pronuncie de modo expreso sobre este ou aquele dispositivo legal, porquanto tratou de modo implícito sobre os temas jurídicos essenciais versados.

Não vislumbro, assim, nessa perspectiva, qualquer omissão, obscuridade ou contradição, de sorte a promover o acolhimento dos embargos de declaração.

Posto isso, conheço e rejeito os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 15 de MAIO de 2012.

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**